

# A Estilística do discurso político partidário em face às questões de gênero no impeachment da presidente Dilma Rousseff

Suzana Mary de Andrade Nunes - UFS  
suzanamary@hotmail.com

**Resumo:** Este estudo analisa os discursos políticos e jurídicos na comissão de impeachment da Presidente/a Dilma Rousseff, no Senado Federal. Para tal, subsidia-se das teorias da enunciação em interface aos Estudos de Gênero, a fim de perceber a integração de discursos velhos combinados aos novos discursos dentro da perspectiva instrumental da linguagem. Como método de análise, destacam-se os pronunciamentos orais divulgados em cadeia nacional e internacional de televisão acessíveis nas redes sociais – corpus de análise, de modo que as inflexões discursivas apontam para interdiscursividade. As análises apontam para reprodução da cultura machista e patriarcal, implícita ou explícita, a partir das estruturas linguísticas e modalizadores enunciativos: palavras, frases, enunciados entrecortados, pausas, entonações de voz, balbucios, trazendo uma carga de sentidos e significados, ao passo que privilegia a posição dos enunciadores diante do inter cruzamento entre as estruturas linguísticas e as influências externas e contextuais. O escopo analítico, portanto, debruça-se sobre a condição de instrumento comunicacional construído socialmente frente à falência da lógica racional e a inserção do sujeito ambíguo, contraditório e contingencial, contudo, autoral e respondente do discurso.

**Palavras-chave:** discursos político-jurídico; intergêneros; impeachment; interdiscursos; Dilma Rousseff.

## 1. Introdução

Este estudo pretende criar um harmonioso mosaico com a delicadeza e intensidade dos tons e nuances, de modo que os meios atinjam os objetivos propostos em acordo com os estudos da Análise do Discurso – AD. Assim, estabelecer laços produzidos intergênero dentro de uma visão da interdiscursividade do corpus analítico. Para tal, buscou-se romper com o limite teórico, ao passo procura se afastar da difusão entre diferentes campos de análise. Pretende-se, portanto, analisar as estruturas linguísticas em interface com a funcionalidade enunciativa na enunciação, a fim de produzir uma significação da amostra analisada.

Parte-se do entendimento, que o dito discursivo é um manancial de águas límpidas em fluxo que ao banhar-se produz diferentes significações compartilhadas pelo sujeito (tele)espectador/a, leitor/a, ouvinte. Daí, as análises estão envolvidas de cargas históricas, ideológicas e subjetivas representadas, através das estruturas linguísticas orais ou escritas; improvisadas ou elaboradas por fontes gramaticais lógicas, retóricas, a fim de alcançar os objetivos propostos dos grupos que legitimam a autoria do discurso.

Para análise e materialização deste estudo, fez-se a (re)leitura de Bakhtin (1992) associada às concepções de Maingueneau (2002; 1991), Fairclough (1991), Cavalcanti (2013), Pêcheux (1969), Pêcheux & Fuchs (1975), Pinto (2014), Charaudeau (2014), cujas análises do corpus os têm como suporte teórico, ao passo que a interface de Gênero, sob a perspectiva de posições frouxas dos sujeitos em enfrentamentos de

poder apontam para reprodução da cultura machista e patriarcal nas mais diferentes posições subjetivas, conforme Butler (1992) assinala “[...]. na verdade, este "eu" não estaria a pensar, a falar “eu” se não estivesse em muitas posições em oposição àquelas, uma que pede que o discurso avance; enquanto outras solicita a instrumentalização e a reflexão sobre o assunto, todas elas são parte e constitui-me” (Grifos da autora – BUTLER, 1992, p. 09).

Nesse sentido, a capacidade de “pôr para funcionar” conceitos e categorias (mesmo que provenientes de quadros teóricos distintos) no sentido de apreendê-los e explicá-los de maneira produtiva o corpus de análise, o qual se propõe analisar fundamentalmente neste estudo, ao passo que se preserva os distanciamentos e aproximações de tempo e espaço dos sujeitos enunciadore e seus devidos posicionamentos na enunciação dentro de um determinado contexto social e político<sup>1</sup>.

O contexto de análise do corpus é o plenário do Senado Federal ao aprovar, em 25 de abril de 2016, a instalação da Comissão Especial para julgar pela admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Após decisão favorável pela admissibilidade, em 6 de maio de 2016, ela ficaria afastada por até 180 dias, a fim de que fosse, em 12 de maio de 2016, instaurada a fase final do julgamento, de modo que o Presidente do Supremo Federal Ricardo Lewandowski assume a Presidência do Senado e inicia, em 17 de maio de 2016, o julgamento de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

O processo de impeachment seguiu os trâmites de processo jurídico, conforme artigos previstos da carta constitucional<sup>2</sup>, no qual prevê a escuta das testemunhas de defesa e acusação, laudos periciais, advogados de defesa e de acusação, senadoras/es em posições de juízes e o presidente do STF – Supremo Tribunal Federal – com a função de presidir o julgamento. Este evento foi acompanhado pela população no auditório da casa parlamentar e pelos meios de comunicação – imprensa escrita falada, televisionada e digital. O senado decidiu pelo afastamento da Presidente Dilma em 31 de agosto de 2016, às 14:13h, sendo que no mesmo dia, às 16:30h, o Vice-Presidente Michel Temer (PMDB) assume a Presidência da República.

Essencialmente, os encadeamentos dos enunciados permanecerão em um contínuo fluxo de produção<sup>3</sup> em busca de significação por meio da linguagem/discurso que são (re)produzidos em diferentes contextos e períodos históricos. Assim, enfatiza-se a concepção de Bakhtin (1992) ao assinalar a posição de sujeitos que nunca são locutores primários, ou seja, a intertextualidade ou a interdiscursividade perpetua-se, na própria dinâmica de intercruzamentos das unidades linguísticas. Ainda, sob esta perspectiva, a Fairclough (1991) assinala “as pessoas têm em suas cabeças e utilizam quando eles produzem ou interpretam textos - incluindo o seu conhecimento da língua, as representações dos mundos naturais e sociais que habitam, valores, crenças, suposições, e assim por diante. (grifos da autora - Fairclough, 1991, p. 24)

---

<sup>1</sup> (CHARAUDEAU, 2014)

<sup>2</sup> Artigos 85, 86, 52 fundamentaram o processo.

<sup>3</sup> Conforme a ata do Senado Federal, o processo tem, até o momento de conclusão do julgamento, 72 volumes com cerca de 27.000 páginas arroladas.

Em observância aos procedimentos de coleta do corpus, foram selecionados 3 dos 250000 vídeos publicados no Youtube, sendo que se privilegiou os vídeos que não foram passados por um processo de reedição, a fim de manter a legitimidade e a integridade dos enunciados. Em sequência, os 3 fragmentos dos discursos foram transcritos e analisados levando em consideração os léxicos, a constituição e o encadeamento das frases, as entonações, as contradições inter e intrafrásicas, os silenciamentos, os gestos, os balbucios, as atitudes implícitas e explícitas captadas pelos registros da televisão e redes sociais.

## **2. Uma abordagem para múltiplos sentidos**

O discurso se apresenta por meio da posição dos sujeitos em relação a outros sujeitos afetados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição de sentidos. Orlandi (1986) destaca a relação entre o discurso e o pressuposto linguístico, ao passo que assinala “a AD trata dos processos de constituição do fenômeno linguístico, enquanto a Linguística visa o produto dessa constituição a relação entre as significações de um texto e as suas condições socio-históricas são constitutiva das próprias significações.” Ainda, segundo Orlandi (1986) se pode afirmar que a relação do campo com o objeto intensifica-se por razões sócio-históricas, que, por sua vez, condiciona os campos teóricos da análise do discurso, ao passo que questões sociais dicotomizam a história do pensamento sobre o gênero discursivo “Porque se nessa declinação coube à Europa (apesar de M. Pêcheux) fixar-se preferentemente na escrita, e aos americanos, no oral (conversacional, pragmática etc), no Brasil a análise de discurso não foi afetada por esta divisão imaginária entre escrita e oral” (ORLANDI, 1986, p.114).

Bakhtin (1997) afirma que a realidade ao se apresentar na dimensão simbólica e a linguagem transforma-se em discurso e passa a representar os interlocutores por meio da relação com referentes e/ou referenciais, os quais se mantêm sustentados pela formação ideológica que dita as normas e leis de coerção os sujeitos livres. E isto está marcado no e pelo funcionamento discursivo.

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (BAKHTIN, 1997, p. 282).

Abre-se, portanto, a linha de pensamento em busca de produção de sentidos ao analisar a posição do sujeito, sob a perspectiva relacional dialógica de Bakhtin (1992), uma vez que as análises sobre os fragmentos dos discursos das/os senadoras e senadores de gêneros primários|secundários, orais/escritos,

disponibilizados em televisão em tempo real e disponibilizados, posteriormente, em redes sociais apontam para o poder do discurso político, ou melhor, o poder do discurso político por meio do discurso institucionalizado interceptado pelo sujeito enunciador. Para tanto, ilustra-se a concepção de Foucault (1999) ao inverter o aforismo de Clausewitz:

[...] a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio de forças manifestados nas guerras[...] dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc. -, tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

A interação discursiva aponta para diferentes contextos históricos e ideológicos, posto que esses sujeitos são oriundos de diferentes estados brasileiros com heranças ideológicas diversas, interesses claudicantes que para se manterem no poder necessitam dominar repressivamente, assim, compreendido pela ordem do discurso e do *ethos* que os confere como instância política.

Apesar da convergência do tempo e espaço em que as unidades heterogêneas é representação da nação brasileira, o discurso jurídico dá legitimidade ao discurso político<sup>4</sup>, os enfrentamentos dos sujeitos femininos e a posição de mulheres e do discurso feminista, sob uma visão partidária, ao passo que resiste a subversão em busca de autonomia e ao corte da cultura patriarcal e machista associada à posição de reprodução a valores conservadores, assim, entendido como uma via ao retrocesso das mulheres da vida pública para a vida privada alicerçada pela figura da mulher mãe e avó.

Apreende-se nos discursos nem sempre apreciados, ora muito criticado, uma mudança dos padrões da política de bastidores ou da calada da noite; antagônica, contraditória pelas suas posições ideológicas diante da função que assumiu frente a emergência do sujeito da enunciação, que, por sua vez, se constituiu pela via da instância jurídica que operacionaliza a legitimidade e assegura o poder político.

Vale ressaltar, que os estudos de Gênero apontam que as mulheres ao assumirem instâncias de poder se deparam com dificuldades de estender a vida profissional à vida social, dificultando o estabelecimento dos laços afetivos promotores de adesão partidária e de composição de conchavos com seus pares. Além disso e, sobretudo, as instâncias do poder político ainda é um gueto masculino, no qual as mulheres têm dificuldades de acessá-lo seja pela via da reprodução patriarcalista elas não se veem ou não se sentem motivadas a povoarem estes espaços.

Em compasso com o pensamento de Butler (1992), Nogueira (2008) afirma “o significado é sempre contestável”. A autora afirma “a linguagem não deve ser vista como um sistema de sinais com significados fixos com os quais todas as pessoas concordam, é um lugar de variabilidade, desacordo e ‘potencial conflito’, o qual a relação do poder se torna evidente” (Nogueira, 2008, p. 14). Para a autora, nem mesmo o

---

<sup>4</sup> (FOUCAULT, 1999).

silêncio pode ser analisado como um significante vazio de significados. Desse modo, a observação silenciosa por uma parte da população com relação ao impeachment pode ser analisada (tu ou você/s; ele/s ou ela/s) têm várias significações, uma vez que o elemento na estrutura enunciativa do enunciador/a do discurso aparece como discurso do coenunciador.

O silêncio para Foucault (1999) pode ser mais do que uma manifestação de medo do adversário. Para o autor “o silêncio pode ser uma tática que sempre se deve ter em mente” (Foucault, 1999, p. 18), na qual está a espera do momento apropriado para manifestar a resistência e destituir o opositor/a.

Orlandi (2011) destaca “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história, é o significante.” (Orlandi, 2011, p. 23). Assim, ele está carregado de diferentes significados e significações<sup>5</sup>, os quais precisam ser analisados dentro da visão interacional entre o sujeito (co)enunciador/a, o referente, referências.

Sob esta perspectiva, dois pontos podem ser apreendidos, a partir da conexão com Butler (1992) e Fairclough (1991) ao assinalar que a o discurso não é um texto, mas ao ser enunciado cabe a ele uma interpretação, inclusive, das propriedades de produção, processos de interpretação e interpelação dos membros que o constituem institucionalmente (para quem destina-se o discurso) – incluindo seus conhecimentos de linguagem, representações sociais e do mundo que eles habitam, valores, crenças, pressupostos, entre outros.

### **3. Contexto Histórico e os fluxos de poder: a interdiscursividade dos gêneros político-jurídico**

Cavalcanti (2013) retoma a concepção de gênero de Maingueneau que afirma ter uma lista infinita de gêneros, de modo que é, por definição, indeterminada. Eles variam de acordo com os espaços, tempo e a constituição subjetividade dos sujeitos. Portanto, caberia ao analista do discurso questionar-se sobre a maneira de conhecer as coerções dos gêneros, de modo que as características formais e de procedimentos dos gêneros sejam apreendidos pela ótica “institucional”. Maingueneau (1993) assinala “[...]. Isso não significa, evidentemente, que o aspecto formal seja secundário, mas apenas que é preciso articular o “como dizer” ao conjunto de fatores do ritual enunciativo (MAINGUENEAU, 1993, p.35-36).

Entende-se que o dizer ou o como dizer está nos limites de sua relativa estabilidade, manifestações da “vontade discursiva do falante”, ao contrário, não se pode desconsiderar especificidades decorrentes do quadro teórico no interior do qual cada autor elabora seus conceitos. O/A enunciador/a porta a responsabilidade e um lugar em seu discurso, no qual ele deve ter a consciência do jogo de

---

<sup>5</sup> Charaudeau (2014) afirma “[...] que quando se procura o sentido de uma palavra, é no dicionário que vamos busca-lo (situação fora do contexto): porém, quando se trata de significação de um texto ou de uma conversa, estamos aí nos referindo ao fato do discurso (ou seja a situação de emprego). (CHARAUDEAU, 2014, p. 25)

significados e significações que o seu discurso tem e terá diante do coenunciador/a, embora já se saiba que algo o escapa.

A linguagem é estudada como um processo, investigando-se o explícito e implícito, aberto ou silenciado das interações (normalmente conversações) entre pelo menos duas partes, ou procuram-se padrões produzidos pelas personagens usadores da linguagem (Antaki & Díaz, 2004). Nesta abordagem, os analistas estão mais interessados no “uso” do que na linguagem em si mesma, daí que a interação entre pessoas se torne o ponto de interesse motriz. Os padrões podem ser identificados em termos de uma sequência de contribuições para uma interação ou uma espécie de sinais de orientação típico para estabelecer o elo comunicacional.

A abordagem implica um posicionamento específico relativo ao personagem que usa a linguagem: ele ou ela não são agentes livres ou isolados para usar a linguagem e atribuir significado ou decodificar significados de forma a comunicarem. (Nogueira, 2008, p. 239). Para a autora, os significados se constituem na cadeia de significações, por sua vez, valoradas por cargas ideológicas e culturais. A linguagem é, portanto, uma construção de equivalência ao discurso, pois ele se constitui na e pela linguagem.

Pinto (2014) retoma Fairclough (1992) que faz a distinção entre uma ‘intertextualidade manifesta e uma intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade’. Esta última diferencia-se da primeira porque se relaciona com o cruzamento entre gêneros e estilos discursivos. (Pinto, 2014, p. 111). Ainda sobre a diferença entre intertexto e interdiscurso, Pinto (2014) traz a concepção de Fiorin ao realizar a separação entre os conceitos de intertexto/interdiscurso e intertextualidade/interdiscursividade. A autora salienta, que há traços elementares que os distinguem, uma vez que a intertextualidade é “um processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”; enquanto a interdiscursividade é um processo de incorporação de “percursos temáticos ou figurativos”, ou seja, são apropriados os temas e/ou figuras de um discurso para produção de outros discursos.

É propício para análise do corpus a clareza destas concepções para identificá-los nos discursos e possibilitar a compreensão do jogo de sentidos e de produção valorativas, a partir das modalidades assertivas, atributivas, etc.

Maingueneau (1991) retoma o conceito de interdiscurso criado por Bakhtin (1992) ao afirmar que a informação de um indivíduo segue a contribuição de uma informação anterior e, por isso, é inevitavelmente modelada por ela. Além disso, o significado será criado no seio e no decorrer da interação. O “usador” da linguagem está por isso estrangido pelo contexto interativo “a perspectiva dialógica diz que a alteridade irreduzível através do texto parece menos como uma expressão de um ponto de vista interativo do que uma voz múltipla unificada. (Maingueneau, 1991, p. 153). Segundo o autor, não há uma preocupação em Bakhtin em tratar de maneira sistemática as questões sintáticas/semânticas dos textos, uma vez que privilegia a questão dos gêneros do discurso. Nesse sentido, retomar Bakhtin, neste texto, tem

como pressuposto teórico o olhar sobre o intergêneros na interdiscursividade para melhor afinar-se ao fulcro criativo do teórico.

Maingueneau (1991) ao destacar “da interação entre enunciador e coenunciador, mas também a imersão do discurso no qual ele se levantou em interdiscurso não tem a função de atravessá-lo” (Grifos da autora – MAINGUENEAU, 1991, p: 153-154). Assim, o recurso tem uma função que transcende a repetição, além de apropriação e persuasão do seu próprio discurso, a remissão ao enunciado anterior redimensionará a significação e subverter a ordem do fluxo linguístico, em situações específicas a preservação das fontes sempre de autoria enunciativa do sujeito comunicacional trazem intencionalidades explícitas e implícitas.

Nesse sentido, a interdiscursividade no campo científico não tem uma visão de atravessar a anterioridade do discurso para ancorar o sujeito enunciador dentro da enunciação, mas de recriá-lo, a partir de um texto embreado, também sob a perspectiva não somente científica, mas submisso à diferentes discursos institucionalizados: político, jurídico, pedagógico, literário, dentre outros.

#### **4. Análise do Discurso, uma visão crítico-analítica do poder político brasileiro**

Este estudo traz três fragmentos dos discursos do processo de julgamento de impeachment da Presidenta/e Dilma Rousseff no Senado Federal no período de 17 maio de 2016 e concluído no dia 31 de agosto de 2016. Fairclough (1991) assinala a cerca do quê no discurso e antes dele em que determinadas pessoas ou grupos expressam e precisam manter-se sempre ativos em tons de acordo com as situações de contextos, uma vez que, somente através dos discursos esses sujeitos se mantêm no exercício do poder. Foucault (1999) assinala ““paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de poder [...], num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. (FOUCAULT, 1999, p. 23). Assim, os pronunciamentos dos discursos são meios dos sujeitos expressarem o seu poder e de manterem a estabilidade imaginária que lhes asseguram estar naquele contexto.

Foucault (1999) assinala:

O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa presentes nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos uns dos outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar esta inversão do aforismo de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. [...]. (Foucault, 1999, p. 23).

O analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo “lidando/operando” com o enunciado, a partir da enunciação, pois entende que os conhecimentos de

mundo, as crenças, emergem como coerções aos sujeitos que na liberdade que lhe é conferida está preso às armadilhas da sua subjetividade na constituição da sua relação com a história e com o social.

Segundo Maingueneau (2002), a intertextualidade ou interdiscursividade explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise inscrevem-se como marcas de especificidades da análise de discurso e dos discursos, pois ela retroalimenta a concepção que antecede a estrutura linguística de produção de discurso pelo sujeito enunciativo combinado pela noção não linguística de campo semântico e de discursos institucionalizados que têm leis e normas orientadoras. (Pêcheux (1997), Bakhtin (1997), Maingueneau, 2002).

Os registros audiovisuais, através do suporte dos meios de comunicação: televisão e redes sociais, assim como os procedimentos de recolhimento dos discursos torna-se corpus da análise do discurso, ligando o estável da gramática ao equívoco do sujeito, à contradição e ratificação da autoridade como responsável pelo que foi dito no movimento da descrição e da interpretação das marcas do discurso.

#### Quadro 1: Transcrição do discurso do senador Cássio Cunha

Local: Plenário do Senado Federal disponível: 29/08/2016 Acesso em 19/10
<b>TRANSCRIÇÃO</b>
Excelentíssimo Senhor Presidente do STF Ricardo Lewandowski; Excelentíssimo Presidente do Congresso Renan Calheiros, Excelentíssima Senhora presidente da República Dilma Rousseff. Faço questão de tratá-los de maneira, absolutamente, formal para mostrar, na inauguração da minha palavra, que não pode haver golpe com uma mesa composta com o chefe e a chefe dos três poderes da república. Sua Excelência, a Presidente Dilma resolveu, mais uma vez, por um discurso político. Perde a derradeira oportunidade de se defender contra os graves crimes que lhe são imputados. E esquece, sua Excelência Presidente Dilma, que este impeachment não nasceu no Congresso Nacional. Esse impeachment nasceu nas ruas do Brasil. É, por isso, que eu quero saudar a representação do povo brasileiro... A senadora que me antecedeu saudou [] o governo da Vossa Excelência, desse lado de cá da tribuna; de um lado o ex-governo, desse lado, o povo do Brasil. Representado por jovens, destemidos, abnegados, apertados, que foram pra's ruas para manifestar a sua indignação [...].

#### (1) ANÁLISE

O discurso divide-se em três níveis ou estratégias de comunicação e será analisado, a partir das concepções de Maingueneau (2002), Pêcheux (1997), Charaudeau (2014):

**1ª estratégia:** o enunciativo inicia o discurso e utiliza o elemento dêitico ou embreante pronominal “Eu” para realizar uma asserção, por meio do modalizador verbal em primeira pessoa do singular no presente do indicativo do verbo “faço”, indicador de uma ação presente que aponta para uma verdade. Em sequência, usa os verbos no infinitivo “atestar” e a locução verbal “pode haver” em contraponto a marca de remissão discursiva seguido do advérbio de negação “não” para assegurar uma não verdade pela

descrição dos fatos e a sua apreciação para o futuro, o *modus mutantis* e a construção de uma verdade, a partir da encenação que Ele enuncia. Ele situa um espaço, através do artigo indefinido ou um equivalente designador de número seguido de um embreante adverbial “uma mesa” para apontar um lugar - elemento dêitico de lugar -; não é qualquer lugar<sup>6</sup>, lugar onde se encontram parte dos co-enunciadores de 1º plano, dos quais Ele dirige o seu discurso diretamente, se bem que o enunciador se encontra em uma posição oposta aos coenunciadores que aponta para o estabelecimento de diálogo em posições hierárquicas ou de ethos diferenciados, é um espectador, de modo que a sua observação o levará a um juízo que pressupõe uma interpretação. O enunciador, por sua vez, traz a asserção como nota sucessiva à constatação. A expressão adverbial que o enunciador ressalta configura uma especificidade, por sua vez, transita a nomeação comum para própria, assim, ele faz referência para aquele local escopo onde ele se posiciona em um lugar flexível, próximo e distante ao mesmo tempo.

Há, por outro lado, uma referência implícita de discursos anteriores “não pode haver golpe”, a asserção está justificada pela composição dos elementos que compõem à mesa.

O verbo “faço” indica uma postura ativa e consciente para atingir os propósitos do enunciador dada a autoridade ou suporte do ato da enunciação, pois há um contexto para uso da sua fala e de co-enunciadores inserido no contexto enunciativo:

Eu → constituído do emissor, o enunciador.

As pessoas à mesa → (Tu) coenunciadores, referentes ou destinatários ideais.

Destinatário → (Vocês) coenunciadores; dividido em duas partes: 1) os partidários, que se encontram no auditório; o grupo da população que adere o discurso do impeachment. São considerados sujeitos interpretantes; 2) a uma outra parte da população ou do lado oposto ao ethos do enunciador. O enunciador ora desdenha ou, explicitamente, os exclui da enunciação “eles” uma não-pessoa do contexto enunciativo, através da ausência dos verbos a expressão nominativa aponta para uma posição inflexível, determinada, um imperativo categórico.

O “Eles” também é sujeito interpretante, mas está discursivamente excluído, ex-existente da enunciação, embora semanticamente com uma carga de significação ao qualificá-los de “não brasileiros” por compor o grupo de ex-governo, condição de exclusão irreductível.

**2ª estratégia:** o referente é o sujeito da comunicação, cuja posição é marcada pela aproximação com o interlocutor “A Presidente Dilma” e utiliza o verbo “resolveu” modalizador na terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo para indicar uma ação construída e concluída no passado, portanto, não há coincidência com o ato enunciativo. “Ela” é um referente, não é enunciador e nem coenunciador. Para Benvenieste, a terceira pessoa do discurso é designada de não-pessoa. Em seguida, retoma o verbo no presente na 3ª pessoa do singular “perde”, “esquece”, por sua vez, verbos designadores de estado, ou seja,

---

<sup>6</sup> Charaudeau (2014) assinala “[...] considere o ato de linguagem como uma peça de museu, isto é, como um objeto excepcional que se expõe ao olhar [...]” (Charaudeau, 2014, p. 24)

o verbo de ação no passado seguido de verbos de estado no presente são modalizadores para circunscrever o ato enunciativo no tempo e no espaço. A ação do sujeito “Ela” agente do passado é ex-existente e não-pessoa do presente, o que é evidenciado por Ele, assertivamente, pela a imobilidade, fragilidade e inoperância que a figura denota na enunciação.

**3º estratégia:** o discurso retoma a primeira pessoa com o pronome dêitico “Eu” seguido do verbo no presente do indicativo “quero” seguido do infinitivo saudar, uma locução verbal indicadora de ação continuada destinada aos coenunciadores, na qual há uma coincidência da ação com a palavra “Eu quero saudar a representação do povo brasileiro”, neste momento, o enunciador dirige-se para um lugar em que os coenunciadores se encontram. Apresenta um deslocamento do enunciador com os coenunciadores, de modo que o discurso apresenta dois planos distintos de ato de linguagem ao saudar o auditório constituído de dois tipos de referentes “os de cá da tribuna”, os sujeitos se encontram na terceira pessoa e são representados pelo grupo do ex-governo, e do outro lado o “Nós” (Eu e você) designados de “povo brasileiro”.

O “Eu” recorre a modalização apreciativa, por meio de atributos “jovens abnegados, apertados e que foram para as ruas apresentar a sua indignação” a construção interfrásica aponta qualitativos contraditórios à ação consequente. A significação fica em aberto, de modo que a análise dos dados discursivos remonta para o conflito entre o discurso e a realidade

Evidencia-se a contradição em dois momentos do texto, quando ele divide o auditório e rejeita a nacionalidade de um grupo por não partilhar das mesmas ideias, por outro lado, o enunciador não tem interesse pela persuasão da retórica; há somente a proposição entre o Nós que constituímos o povo brasileiro e os Eles que por ser de uma posição contrária perde o seu direito de nacionalidade e cidadania.

Por outro lado, ele aponta que o lado do povo brasileiro é composto de jovens abnegados, apertados, apontando, um equívoco no discurso, desde a construção do pressuposto, se ele acredita que abnegação está relacionada ao apartidarismo, mas que foram para ruas mostrar a sua indignação, se tem indignação tem posição sobre algo que é contrário, de modo que a não-verdade do discurso intensifica a contradição pela construção da estrutura semântica e os sentidos que são produzidos pelos enunciados em referência a enunciação.

#### **Quadro 2:** Transcrição do discurso jurídico da advogada de acusação

Disponível: 30/08/2016 Local: Plenário do Senado Federal Acesso a 19/10/2016
<b>TRANSCRIÇÃO</b>
Tudo isso foi muito bom para que o povo brasileiro percebesse como é o modo PT de ser. O modo PT de ser, é esse, é a enganação; É o PT que não (diz) pede desculpas, é o PT que nega os fatos; nega a realidade. Quando eu entrei nesse processo: [] Eu [], pensei, meu Deus, eu sou uma defensora, né? Eu vou fazer

uma grande acusação, não é simples, os senhores não fiquem pensando que eu fico feliz acusando, não fico, mas eu me coloco nesse processo como uma defensora do Brasil. Nós precisávamos fazer alguma coisa [...]

[...] Eu entrei nessa história sem ser chamada [hahaha] porque eu entendi que era necessário para defender o meu país.

Eu quero sair daqui e voltar para o anonimato, a tranquilidade do anonimato. Eu peço a Deus e as Vossas Excelências que compreendam a magnitude deste momento e o tanto que esse povo está precisando de seriedade e de transparência

Eu digo as Vossas Excelências, eu estou finalizando, que e eu não quero precisar tomar uma medida como essa, novamente, mas se for necessário, eu tomo.

Então, eu conto com as Vossas Excelências para que nós possamos garantir um Brasil melhor, um Brasil mais limpo, mais translúcido pra's nossas crianças.

Muito embora, eu esteja convicta de que estou certa e de que eu estou fazendo certo, mesmo quando eu estou certa, eu reconheço que as minhas atitudes podem gerar sofrimento para outras pessoas, e mesmo estando certa, eu peço desculpas []

(Vossa Excelência termine o raciocínio – PRESIDENTE LEWANDOWSKI)

Finalizo, pedindo desculpas pra senhora presidente da república, não por ter feito o que era devido, porque eu não podia me omitir diante de tudo isso;

Eu peço desculpas porque eu sei que a situação que ela está vivendo não é fácil; eu peço desculpas porque eu sei que muito embora esse não fosse o meu objetivo, eu lhe causei sofrimento.

E eu peço que ela[], um dia[], entenda[], que eu fiz isso, pensando, também[], nos netos dela  
Eu agradeço.

## (2) ANÁLISE

A predominância do modalizador pronominal enunciativo totalizante e universalizante “tudo” inicia o discurso, assim, este discurso no presente remonta para discursos anteriores, que, por sua vez, os fatos enunciados implicitamente sugere um conhecimento e uma afinidade entre os sujeitos da enunciação, logo tomam como referência o próprio ato anunciativo.

A enunciativa divide o discurso em três planos discursivos, através do ato de linguagem com relação aos sujeitos enunciativos: o primeiro plano, o coenunciador/a é o povo brasileiro, isto é, ela destina seu discurso ao quantitativo modalizador universalizante subjetivo, utiliza o verbo de ligação denotador de estado próprio à função ontogênica. No segundo plano, ela concentra o coenunciador/a à figura dos parlamentares e da presidente da república (vocês), intenciona atingi-los, através de uma autonarratividade, a partir de uma posição de superioridade, evidenciado pelos modalizadores verbais “eu não quero precisar” e “eu conto com Vossas Excelências...”. No terceiro plano ela restringe o destinatário e enfatiza a figura da presidente da república, estabelecendo uma diferença interpretativa do tema produto de interdiscursivamente, a fim de estabelecer distanciamento discursivo entre o “eu” e o “tu” ou de não afinidade do *ethos*.

No discurso depreende-se quatro níveis ou estratégias discursivas com o intuito de produção de significação e sentidos que explicam a sua posição ideológica consequentes às suas ações:

- Na primeira parte do texto, o enunciador e o coenunciador estão representados e subentendidos no “Eu” e “Vocês” dirigidos ao povo brasileiro.

**1ª estratégia:** a enunciativa inicia com o modalizador enunciativo totalizante e universalizante “tudo”, assim, este discurso remonta para discursos anteriores em que o sujeito se aproxima em seu ato enunciativo, que, por sua vez, os fatos enunciados implicitamente sugerem afinidade entre os sujeitos da enunciação, logo utiliza o verbo “foi” na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. Há uma relação interfrásica conectada pela finalidade e explicação implícita de atos discursivos anteriores. Os “TUs” são os mesmos ou se equivalem, ou seja, não há distinção entre o Tu destinatário e o Tu interpretativo, conforme Charaudeau (2014).

Apreende-se, em seguida, o uso de verbos de ligação denotador de estado “ser” no infinitivo ou no presente dos indicativos com a intenção dos sujeitos enunciativos chegarem a mesma interpretação, uma vez que ela recorre à configuração fixa e imutável da ordem constitutiva da instituição PT. A enunciativa faz referência ao “modo PT de ser” por meio da asserção no sentido de verdade, na qual ela se coloca no plano de distanciamento e de exclusão para indicar uma posição imparcial do escrutínio, por outro lado, há um afastamento dos sujeitos “Eu e Vocês” prioriza “Ele” ao usar o não embreante adverbial “modo PT de ser”. O uso do não embreante aponta a ausência das marcas da enunciativa.

Esta estratégia é dividida em dois planos: a da asserção e da explicitação ou justificativa da asserção. No segundo plano, a enunciativa recorre a frases curtas assindéticas e repete a variável verbal “é” para designar a figura ontológica PT. A falta de conectivo apresenta a não relação de um atributo com relação ao outros, eles são desconectados, portanto, não há interesse de convencimento ou elemento persuasivo “O PT da enganação, O PT que não (diz) pede desculpas...” Sobre esta última frase ressalta-se o ato falho em utilizar o verbo “dizer” ao invés de “pedir”, apontando o equívoco linguístico do sujeito enunciativo, visto que desculpas é um sintagma nominal que estabelece, necessariamente, a modalização contratual entre o “Eu e o Tu/você presentes na comunicação, assim, a formação do sintagma verbal foi retificada, imediatamente, por “pedir desculpas”.

No cenário histórico de construção da interdiscursividade, o processo de impeachment revelou uma recorrente necessidade de pronunciar o pedido de desculpas. A mídia, o parlamento pressionavam em seus discursos que a Presidente/a Dilma pedisse desculpas pelos erros cometidos, apesar de serem refutadas pelo objeto solicitado. Assim, a produção dessa paráfrase permite, que se efetue, na linguagem, um jogo de remissões constantes a alguma coisa além do enunciado explícito, conforme Charaudeau (2014). O sujeito enunciativa retoma este tema para apreciar um valor negativo ao sujeito “Ela”, no caso a Presidente Dilma, que, por sua vez, é inserida no ethos PT, da qual a enunciativa se exclui, se bem que o atualize discursivamente pelo modalizador do verbo no presente.

O equívoco do uso “dizer” ao invés de “pedir” sugere a relação paradigmática de um pelo outro, embora semanticamente eles tenham sentidos totalmente diferentes: o verbo “dizer” expressa um ato

repetitivo de linguagem que não exige mudança consciente e transformadora do ser; “pedir” remete a consciência de um ato de linguagem que retoma a atos passados e que exige o estabelecimento contratual do ato comunicacional.

identifica-se a invariante sintagmática “desculpas” em discursos anteriores, apontando a interdiscursividade. Pêcheux (1997) assinala que o elemento de regularidade aponta para a conservação da invariante, através da variação morfemática em que o sistema de representações se reinscreve, através das *variantes* que o repetem progressivamente. Esta repetição, portanto, traz uma carga valorativa que determina posições e, por sua vez, ilustram um argumento forte para chegar o objetivo de persuasão e convencimento.

Fica a questão se o uso recorrente da expressão nominativa “desculpas” deve ser antecedida pelo verbo dizer ou pelo verbo pedir no sentido de configuração subjetiva dos enunciadores/as constitutivos de “povo brasileiro”. Os atos de linguagem se apresentam em nível de superficialidade para atingirem os fins, independentemente, da profundidade que os signos se apresentem como significado ou significação, cujo discurso jurídico se constitui como carga ideológica e de expressão na constituição social das verdades institucionais e humanas.

- Em seguida, ela delimita a cena discursiva e explicita a construção de imagem de si mesma.

**2º estratégia:** a enunciativa constrói uma imagem de si. Nesse momento, ela recorre a pausas e as frases são entrecortadas por onomatopéias de risos “(háháhá)”. O eu racional deu lugar a alteridade e manifesta-se o sujeito estrutural. Há uma contradição semântica entre o ato consciente e a surpresa do fato e as suas consequências, de modo que aponta para o inusitado que em primeiro momento a surpreendeu, mas que teve tempo para projetar-se no cenário enunciativo. Com isso, as ações apontam para interesses próprios e individuais que não se estende ao coletivo “povo brasileiro”. Nesse momento, o ato enunciativo expressa o eu idealizado em confronto com o eu real, ao passo que os coenunciadores/as voltam-se os olhares, sentidos e significação para própria enunciativa. Ela rompe o mundo da abstração e da não ex-existência, uma vez que o “Eu” está ausente na estratégia anterior para na sequência usa o embreante pronominal “Eu” seguido dos verbos “entrei” e “entendi” no pretérito perfeito do indicativo. Na 2º estratégia ela se apresenta como sujeito enunciativo por meio do embreante pronominal “Eu”. O Eu que se apresenta ativamente no passado, presente e futuro, através de verbos denotadores de ação no presente “eu saio” “eu conto” “eu volto” e na locução verbal sequenciada do embreante “nós” seguido de “possamos garantir” marcando o futuro contínuo registrado por uma ação perene.

- A enunciativa recorre a assertiva para designar uma verdade, a partir de qualitativos ontologicamente constituído por meio da expressão “modo PT de ser” e pede desculpas a Presidente da República, ou seja, se a 1ª estratégia a enunciativa evoca um maneira de ser PT, na 3ª estratégia ela traz a face negativa de não ser PT referenciada no contexto, conforme Maingueneau (2002).

**3ª estratégia:** Ela inicia com o conector concessivo “muito embora”, cuja função remete a subordinação emitido pelo referente complementar de excepcionalidade. Na sequência, ela retoma o embreante pronominal “eu” seguido das flexões do presente em diferentes modos do verbo “estar”, através do uso flexível verbal “esteja” “estou” inter cruzado pelos verbos “reconheço” para retomar o tema “desculpas” utilizado na 1ª estratégia. Ela enuncia “Finalizo, pedindo desculpas pra senhora presidente da república...”, na sequência, a enunciadora usa o embreante “ela” recurso anafórico do sujeito ex-existente a enunciação e considerado não-pessoa, conforme concepção de Maingueneau (1992). Supostamente, o coenunciador na posição de “Tu” são os ouvintes, os (tele)espectadoras/es. A estrutura linguística aponta para repetição da invariável “ela” para justificar ou explicar para os coenunciadores/as ou sujeitos destinatários e interpretantes o seu ato enunciativo. Percebe-se que há uma distinção entre o sujeito de destino e o sujeito receptor, uma vez que o ato enunciativo de desculpas implica um contrato interlocutivo com o sujeito de destino e receptor. A Enunciadora segue o discurso “E eu peço que ela [], um dia [], entenda [], que eu fiz isso, pensando, também[], nos netos dela.” A presença de pausas entrecorta uma expressão verbal ou nominal indicador de silêncio e delimitador do ato enunciativo que o constitui. Há uma circunscrição do ilimitado contínuo do silêncio para o limitado da inscrição do signo linguístico. O silêncio, contudo, é um signo que traz uma carga valorativa expressa na significação que ao contexto emite diferentes sentidos ou concessões. Orlandi (1995) assinala “[...] no silêncio local o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos.” (ORLANDI, 1995). Foucault (1999) afirma que o silêncio pode ser a espera estratégica para proferir a ação de resistência ao poder do opositor, isto é, atingir o objetivo proposto, no senso-comum “tacada de mestre”.

A análise confirma a hipótese de que o uso da expressão nominativa objetiva direta não era destinada para Presidente Dilma, mas para o sujeito interpretativo, coenunciadores/as da enunciação inscritos no “Tu”. Logo, a intenção dos signos semióticos trazidos neste contexto enunciativo: lágrimas, pausas, gestos e signos linguísticos apontam para a função interpretativa do sujeito comunicacional que sustenta uma intencionalidade, a qual Charaudeau (2014) designa de estratégia de hipocrisia, demagogia, ironia, de acordo com as Circunstância de Discurso expresso pelo sujeito comunicante “Eu”. Conclui-se, portanto, que o equívoco registrado na 1ª estratégia não ocorreu na retificação do verbo dizer por pedir, mas quando ela usa o verbo “pedir” como modalizador verbal de ação por meio da expressão nominativa “desculpas”.

## TRANSCRIÇÃO

Obrigada Sr. Presidente.

É na realidade para fazer uma reclamação.

Neste primeiro momento que nós estamos nessa sessão

Entendi eu que a acusação ia fazer sua exposição e depois a defesa; entendi eu também que a acusação ia fazer sua exposição com base em dados jurídicos e técnicos.

-Isto. (Ricardo Levandowski)

Eu quero fazer um registro aqui na tribuna do senado: não foi registro técnicos não foi registro jurídico; foi debate político

Eu não tenho nada contra o debate político, eu não tenho nada contra debate político, podem fazer debate político, a Doutora Janaína, o Dr. Miguel Realy, é direito, mas para fazer um debate político é necessário que se submeta ao voto popular e venha para essa casa... Se aqui vem como advogado, aqui, tem que trazer questões técnica.

Talvez, uma coisa que eu concordo com o Sr. Miguel Reale que este processo foi gestado na Avenida Paulista, Nossa Sra. De Copacabana, na atlântica, exatamente, nos lugares frequentado pela elite brasileira porque é um golpe contra o povo.

A Dona Janaína invocou Deus, Deus não tem nada haver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou, isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação.

Eu quero deixar uma reclamação registrada nesse plenário: que era importante que a acusação viesse aqui e colocasse os fatos jurídicos que viesse aqui e fizesse a defesa técnica.

Como pode reclamar da Senhora Presidenta que deu as mesmas respostas se as perguntas eram as mesmas?

Se os senhores não conseguiam fazer perguntas diferentes: é o mesmo jargão o tempo todo: é o conjunto da obra, os decretos, a pedalada e o discurso político, porque tem que falar da política...

### Quadro 3: Transcrição do discurso político da Senadora Gleisi Hoffmann

### (3) ANÁLISE

A análise divide o discurso em três planos, a partir da temática e da relação estabelecida com os sujeitos enunciativos “Eu” e “Tu” em diferentes níveis. Embora o discurso tenha como figurante o binômio “Eu e Tu” centralizado por um diálogo entre a senadora e o presidente, figura postulante ao ato enunciativo, concomitantemente, o enunciado também se destina aos participantes do julgamento de impeachment, mais especificamente, a advogada de acusação que proferiu, anteriormente, o discurso do qual é objeto de rejeição e crítica pela enunciativa. Fica evidente, por parte da senadora, a claudicância dos gêneros jurídico e político no contexto, que é sustentado pelas marcas do discurso político ao discurso jurídico. Além disso, percebe-se que há uma intenção fundante da enunciativa em apresentar saberes sociais que a confere competência para estabelecer o diálogo entre os interlocutores, criando expectativas de persuasão e convencimento dos interlocutores internos e externos ao ato enunciativo.

No primeiro plano, o “Eu” enuncia uma mensagem para o “Tu” destinatário e interpretante, da qual estabelece um contrato dialogal e, para tanto, cria estratégias para que se alcance os objetivos do seu ato enunciativo. Segundo Charaudeau (2014), este coenunciador é Tu destinatário e interpretante, porque a partir da interpelação se espera uma devolutiva, uma opinião, uma decisão, no caso, específico da situação e dos papéis estabelecidos pelo ato enunciativo, o julgamento de impeachment, espera-se do Tu destinatário, no primeiro momento, uma interpretação do enunciado e, no segundo momento, uma leitura

e interpretação do dispositivo legal para poder dar a devolutiva sobre o objeto solicitado, o objeto de reclamação. Paralelamente, em um plano imediato, a advogada de acusação, enunciadora do discurso produto do ato enunciativo também lhe é conferido uma interpretação e uma devolutiva a cerca do produto discursivo, constituindo- um “Tu” interpretativo que se insere legitimamente no diálogo, de maneira indireta, a partir da apresentação de fundamento legal que ampara o ato enunciativo anterior.

A enunciadora se coloca no contexto em uma posição inferior ao papel desempenhado pelos “TUs” no que tange ao uso do instrumento jurídico; enquanto se coloca em uma posição superior à advogada ao evocar a ruptura das leis discursivas de pertinência e sinceridade, conforme Maingueneau (2002), ao passo que a coloca como infrigente das leis discursivas – pertinência e sinceridade – sustentadores do enlace comunicacional, ao passo que se coloca numa posição legítima de porta-voz do discurso político.

No segundo plano, a enunciadora desloca o conteúdo enunciativo e o objeto de destino, de modo que o sujeito destinatário é todo e qualquer sujeito interpretante “fusão identitária”, recurso próprio do discurso político, de acordo com Charaudeau (2014). Este sujeito interpretante subjetivo, fonte de produção do ato enunciativo, apontado, centralmente, como sujeitos externos ao ato enunciativo e comunicacional. Para este plano, ressalta-se a concepção de cena englobante de Maingueneau (2002), por meio da imagem que o “Eu” produz do interlocutor, na qual se afina a concepção de Fairclough (1989) ao afirmar que para o político se sustentar no poder é fundamental a continuidade do discurso destinado aos seus eleitores. Com isso, percebe-se que mais do que a devolutiva técnica do Presidente, ela buscava estrategicamente, estabelecer um ato comunicacional com todos os (tele)expectadores ou ouvintes “o povo brasileiro” poder máximo de um país democrático. Assim, se constitui o terceiro nível do binômio “Eu e Tu” com a finalidade de afetar o sujeito interpretante que não coincide com o sujeito destinatário.

- Os três níveis ou estratégias utilizadas pela enunciadora para atingir os objetivos propostos:

**1ª estratégia:** a enunciadora inicia o discurso com a injunção, convocação ao solicitante, em seguida, justifica o ato injuntivo, a partir da asserção iniciada por duas frases coordenadas, assindéticas, complementares, utilizada tanto na primeira como na segunda frase a mesma ordem indireta do verbo pessoa “Entendi Eu” o modalizador verbal no passado. A construção sintática incita a construção semântica no sentido de um sujeito destinatário deslocado para a posição de sujeito enunciator acometido pelo ato enunciativo anterior. Segundo Pêcheux (1997) o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, produz um deslizamento de sentido e traz a noção de efeito metafórico – pontos de deriva - aproximando-a a um produto interpretativo, cuja função é intervir no real do sentido. O modalizador verbal “entendi” se coloca em um plano inferior ao sujeito “Eu”

Na sequência, a enunciadora sintetiza a asserção, sob o ponto de vista assertivo e afirmativo “não foi registro técnicos não foi registro jurídico; foi debate político” com o objetivo de denunciar o uso inadequado do papel enunciativo esperado pelos interlocutores no discurso anterior, a partir do argumento de tornar ilegítimo o ato no contexto enunciativo.

Ela continua apresentando argumentos para sustentar a asserção de transgressora da lei discursiva “A Dona Janaína invocou Deus, Deus não tem nada haver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou.”. Neste enunciado, percebe-se que ela recorre ao embeante de 3ª pessoa, ou seja, para um objeto fora do contexto enunciativo, ratificando a ex-existência por meio dos modalizadores verbais “invocou”, chorou”e o embeante “Tu” na figura injuntiva de “Sr Presidente”, que se encontra intercalado entre um enunciado e outro, constituindo uma estrutura interfrásica intermitente pelo vocativo injuntivo com a intenção implícita de pedido, solicitação de uma ação clamorosa do *ethos*. Na sequência, ela reforça a transgressão do ato enunciativo ao iniciar com um elemento catafórico “Isso” para validar os pressupostos “Isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação.” Neste enunciado, o elemento pronominal demonstrativo catafórico é seguido de um embeante adverbial de lugar “daqui” e logo em seguida reforçado por “aqui” para apontar uma não-coerência do ato de fala à situação real. Reinicia o ato com o conectivo “e” interligando uma frase a outra em situações de equivalência sintático-semântica, contudo, embeado pelo sujeito interlocutivo “Eu e Tu” subentendido em “Nós” para firmar como sujeitos coerentes e atuantes dentro nos princípios das leis do discurso.

A enunciativa retoma o sujeito no 1º plano “Eu” seguido do modalizador verbal no presente do indicativo “tenho”. O verbo é antecedido pelo advérbio de negação “não” precedido por um modalizador pronominal “nada” indicativo de posição negativa “contra o debate político, que aponta para alguma restrição, ou seja, “eu não tenho nada” aponta Eu tenho algo; não tenho tudo.

**2ª estratégia:** A enunciativa se desloca do sujeito de destino e reestrutura o diálogo com a figura “Eu, Tu e Você” com a inserção do advogado Miguel Reale “Talvez, uma coisa que eu concordo com o Sr. Miguel Reale que este processo foi gestado...”. A enunciativa inicia com um embeante adverbial de dúvida que a coloca numa posição de não está falando com sinceridade ou que estas palavras não confere com a realidade a respeito do lugar que o movimento de impeachment foi criado. Ela afirma não saber, de não ter respaldo, de não ser competente para responder à assertiva criada pelo enunciador anterior.

**3ª estratégia:** a enunciativa estabelece o diálogo com os os opositores, por meio do binômio “Eu e vocês” para retomar outros discursos que criticavam a Dilma em não trazer outros elementos discursivos para ser analisado, no qual ela argumenta com base nos princípios discursivos de coerência e coesão discursiva ao estabelecer uma interlocução, ou seja, o conteúdo deve ser um contrato estabelecido pelos sujeitos para que o ato de comunicação aconteça, portanto, não pode partir somente de um dos sujeito constitutivo, sob a pena de fracasso linguístico.

## 5. Considerações Finais

A Presidente Dilma Rousseff foi destituída do cargo, assim, tornou-se ex-presidente da República de um mandato interrompido pelo processo de impeachment. Mas, os discursos ficam

para História, de modo que o fluxo *continuum* das palavras, frases, entonação, gestos, silenciamentos, risos permanecerão e trarão novos sentidos e significações para quem se interessar analisá-los em diferentes tempos e espaços.

Neste momento, dois pontos são ressaltados com o fim de trazer mais um significante a ser inserido ao corpus de análise: o primeiro, diz respeito a convicção que o julgamento da Presidente Dilma fundamentou-se no discurso político; o discurso jurídico aparece para legitimar o discurso político ou derimir questões levantadas entre as partes também com a finalidade de dissolvê-las, porventura, impedimento para continuidade do julgamento.

O segundo ponto, versa na questão do uso da pertinência, sinceridade e, sobretudo, da coerência entre o dito e a realidade, cujos princípios foram obscurecidos e, contraditoriamente, reforçados ao legitimar o discurso político como gênero primário da ação enunciativa.

Nesse sentido, reforça-se a argumentação da senadora sobre o gênero discursivo utilizado pela advogada de acusação. A devolutiva dada pelo Presidente Ricardo Levandowski foi com base em instrumentos legais que privilegia ao advogado, nos atributos das funções, autonomia de acessar qualquer tipo de recurso textual ou discursivo que assim julgue necessário, de modo que o Presidente<sup>7</sup> julgou improcedente o objeto solicitante da senadora de uso indevido do discurso político. Conclui-se que, a busca da verdade dos fatos, sob a ótica do discurso, é algo que não se aplica ao se estabelecer os sujeitos constituídos no discurso político/jurídico, uma vez que a imagem construída de si e do seu interlocutor tem o objetivo de produzir sentidos e significações reproduzidas pelo ato enunciativo não, necessariamente, pautado pela realidade.

A mulher, Presidenta Dilma Rousseff, circulou no maior posto do poder do estado brasileiro, terminou o primeiro mandato e no segundo mandato ela foi deposta, por conseguinte, sendo ocupado por seu vice-Presidente Michel Temer. Com isso, o discurso proferido pela Presidenta Dilma Rousseff, logo após a vitória do primeiro mandato, ao assinalar que os pais ao olharem para filha podem dizê-la que é possível uma mulher chegar ao mais alto posto da República, por sua vez, é obscurecida e sem resposta, ainda em silêncio.

## Referência Bibliográfica

---

<sup>7</sup> O Presidente do julgamento de impeachment Ricardo Levandowski assinala “Para o advogado é indispensável a administração da justiça, sendo inviolável os seus atos e manifestações no exercício da profissão. Esse dispositivo é repetido no estatuto da advocacia e da OAB que está consubstanciado na lei 8906 de 1994, que repete esta mesma disposição, essa mesma dixação no artigo 2º do paragrafo 3º e o artigo 7º esta mesma disposição deste diploma que são direitos do advogado exercer com liberdade a profissão em todo território nacional. (30/08/2016)

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- BUTLER, Judith; Scott, Joan W. **Feminists Theorize the Political**. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data/Routledge, (1992)
- CAVALCANTI, Jauranice R.. A presença do conceito gêneros de discurso nas reflexões de D. Maingueneau. In.: **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão/SC, v. 13, n. 2, p. 429-448, maio/ago 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014
- DUARTE, Isabel M. Modalisation et distance énonciative dans des rapports d' évaluation d' activités de formation de professeurs. In. **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, 2014.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman Groups, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martim Fontes, 1999.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo/SP: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette Supérieur, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- NOGUEIRA, Conceição. **Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 24 n. 2, 2008, pp. 235-242.
- KOPYTOWSKA, Monika (2014). Modality, distance, and the television news genre. In.: **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3.
- ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio: os movimentos do sentido**. Campinas/SP: Editora da Unicamp. 1995.
- \_\_\_\_\_. **A Análise do Discurso: algumas observações**. In: D.E.L.T.A., vol.2, nº 1, 1986, p.105-126.
- \_\_\_\_\_. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Unicamp/SP: o Brasil. Disponível em [http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf\\_04/eniorlandi.pdf](http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf) Acesso em 14/10/2016.
- PÊCHEUX, Michel; LEÒN, Simone B.; MARADIN, Jean-Marie. Apresentação da Análise Automática do Discurso. In.: **Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à Michel Pêcheux**. GADET F.; HAK, t. (orgs.). Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p.61- 162.
- \_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In : **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1997, p. 254-283
- \_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

Pinto, Alexandra G. Modalização e construção do humor nas crónicas de Ricardo Araújo Pereira. In. **Redis: revista de estudos do discurso**. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, (2014).

\_\_\_\_\_. ; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In : **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1997, p. 254-283

Rojo, Luísa M. . **Poder – Decir**: o el poder de los Discursos. Espanha: Arrecifes. 1998.